

Brasil só acha justo pagar juro externo de até 8%

O Brasil só considera razoável uma taxa real de juros no mercado internacional três a quatro pontos percentuais acima da taxa de inflação americana, o que corresponderia hoje a 7% a 8% ao ano. A taxa de juros internacional, no entanto, está em 13% ao ano.

Por isso, segundo informou ontem o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, o país vai lutar na próxima negociação da dívida externa, que se inicia em novembro, para obter "juros estáveis e razoáveis", assim como a liberalização do comércio, para garantir o aumento das exportações.

De acordo com Serrano, os juros internacionais estão em um nível irreal, tendo uma componente absolutamente abominável, que é o fato de se elevarem por causa do déficit fiscal americano e da política monetária dos EUA. Ele explicou, porém, que a tese de juros "razoáveis e estáveis" não é o mesmo que juros fixos de 7% ao ano. A regra do mercado é a de taxas de juros flutuantes e o Brasil vai respeitar essa regra.

Sem definição

O que poderá ser obtido na próxima negociação, afirmou, é uma fórmula mais suportável de pagamento do serviço e do principal da dívida externa, como a capitalização automática dos juros; o pagamento através do lançamento de bônus (proposta do UBS-União de Bancos Suíços); maior auxílio das instituições multilaterais, descacando-se o Banco Mundial; negociação plurianual ou a criação de um sistema que obrigue os bancos a concederem maiores empréstimos ao país assim que as taxas de juros ficarem acima de determinado patamar.

O Governo brasileiro, entretanto, ainda não se decidiu por nenhuma dessas propostas ou fórmulas.

— Todas estão sendo analisadas com cuidado, para que se verifique suas vantagens e desvantagens, pois o Brasil não tem pressa alguma. Está com caixa — disse Serrano.

E acrescentou:

— A ordem é acumular caixa e estamos acumulando. Temos 4,2 bilhões de dólares agora em julho e devemos chegar ao final do ano com 6 bilhões de dólares em caixa e 3 bilhões de reservas líquidas. Nossa única problema é a taxa de juros americana que, felizmente, além de ter esse componente abominável, também tem um lado positivo: o de refletir a recuperação econômica americana e o aumento da demanda por crédito nesse país.

É por causa da recuperação americana que o país, disse Serrano, está podendo aumentar as exportações, devendo apresentar neste fim de ano um superávit da ordem de 11 bilhões de dólares. Com esse superávit e uma melhoria na conta de serviços, o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, que estava estimado em 5,3 bilhões de dólares, deverá ficar, este ano, em 3 bilhões de dólares.

Ainda sobre a negociação em novembro, o diretor do BC disse que o assunto deverá começar a ser discutido em setembro, na reunião do Fundo Monetário Internacional, e que o Brasil pretende, até lá, tirar proveito das experiências e dos resultados das negociações dos outros países devedores da América Latina.

BC com US\$ 21 bilhões

O diretor da Área Externa do Banco Central informou que no dia 30 de junho se esgotou o prazo de repasse para as empresas do setor estatal e privado dos recursos externos obtidos na Fase I de negociação da dívida e que cerca de 2 bilhões de dólares não foram repassados pelos bancos internacionais, "por descuido e falta de interesse". Como havia sido acordado, é o Banco Central brasileiro que continuará agora sendo o tomador desses recursos, até a data de vencimento dos empréstimos.

Somando-se esses 2 bilhões de dólares aos 8 bilhões de dólares depositados no BC, através da Resolução 432 e de outros mecanismos legais, e mais os 11 bilhões de dólares da Fase II de negociação, o Banco Central, até junho de 1985, quando acaba o prazo de repasse dos recursos da Fase II, deterá em seu poder um total de 21 bilhões de dólares.

Serrano crê que na Fase II também haverá dificuldade em colocar os recursos junto às empresas estatais e privadas — o setor privado, aliás, praticamente não está tomando maiores empréstimos em dólares — e informou que o Banco Central pretende empregar parte dos 21 bilhões de dólares na "assistência às empresas estatais". A idéia, explicou, é transferir uma parcela dos recursos, cuja origem são o Projeto I e o Projeto II da Fase II de negociação (o jumbo e o projeto de renovação das amortizações) ao Tesouro para que seja emprestada às estatais. Elas assim poderiam pagar os juros que devem aos bancos internacionais, eliminando a dívida contraída com o Tesouro, através do Aviso GB.588.

Com relação especificamente à proposta do banco suíço de que o Brasil pague uma parte da dívida externa contraída junto aos bancos da Suíça por meio da emissão de bônus, convertendo-a em francos suíços, Serrano disse que é uma sugestão que beneficiaria principalmente esses bancos, já que têm limites de empréstimos que estouraram facilmente em dólares mas que não estourariam caso o pagamento da dívida fosse feita na moeda do país. A posição brasileira quanto a essa proposta é a de analisá-la, assim como as demais propostas de pagamento que circulam no mercado internacional, "sendo apenas mais uma opção a ser levada em conta".